Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e Relatório da Administração

# CM HOSPITALAR S.A.

31 de dezembro de 2019 Com parecer dos auditores independentes

Demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2019

# ÍNDICE

Relatório da Administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	2
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

# MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2019 priorizamos a execução das sinergias entre as empresas do Grupo Mafra em busca de estratégias de negócio focadas principalmente em simplificação, inovação e integração das operações, sendo que foi o primeiro ano completo de resultado consolidado das empresas do Grupo: CM Hospitalar, Cremer e Health Log.

Para melhorar a alavancagem financeira, direcionamos ações robustas voltadas para a geração de caixa e a nossa dívida líquida reduziu de R\$ 494,9 milhões ao final de 2018 para R\$ 415,8 milhões ao final de 2019, ou seja, geramos R\$ 79,1 milhões de caixa com uma alavancagem de 1,81x o LTM EBITDA.

Fechamos o ano com a assinatura do contrato de compra da totalidade das quotas da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda, empresa que atua a mais de 30 anos em distribuição de medicamentos hospitalares com uma Receita Bruta de R\$ 1,5 bilhão (2018). A conclusão dessa operação está sujeita a determinadas condições precedentes, que incluem a aprovação pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência).

Para 2020 continuaremos seguindo a estratégia de crescimento com rentabilidade e de geração de caixa, com foco em alguns pilares estratégicos i) Portfolio: expansão do nosso portfólio de produto nos tornando cada vez mais one stop shop para nossos clientes ii) Logística: investimentos em nossa malha logística para melhorar nosso nível de serviço e capilaridade e iii) Serviços: crescimento da nossa oferta de serviços para clientes e fornecedores através de inovação e desenvolvimento de novas tecnologias



KPMG Auditores Independentes
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da

CM Hospitalar S.A.

Ribeirão Preto - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CM Hospitalar S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CM Hospitalar S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

# Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

# Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Realização dos ativos fiscais diferidos

Consulte as notas explicativas 4.15 e 21 das demonstrações financeiras consolidadas

### Principal assunto de auditoria

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos da controlada Cremer S.A. foram constituídos sobre prejuízos fiscais acumulados e diferenças temporárias. A realização dos ativos fiscais diferidos depende do período em que as diferenças temporárias irão se reverter e da geração de lucros tributáveis futuros. Os lucros tributáveis futuros são estimados pela controlada Cremer S.A. com base em premissas tais como, crescimento da receita e aumento das margens de lucros, que envolvem julgamento.

Em função da contabilização dos impostos diferidos exigir julgamento relevante e o impacto que eventuais alterações nas premissas poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as projeções de lucros tributáveis elaboradas pela Administração.

Nossa avaliação levou em consideração principalmente se o estudo foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas, se as premissas utilizadas no estudo são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado, a fim de verificar a sua razoabilidade, especialmente as relativas ao crescimento da receita, redução de despesas e custos, e às margens de lucro. Adicionalmente, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão adequadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os ativos fiscais diferidos no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

# Passivos tributários, trabalhistas e passivos contingentes

Consulte as notas explicativas 4.13, 19 e 20 e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### Principal assunto de auditoria

Com o apoio dos seus assessores legais, a Companhia realiza a avaliação de potenciais passivos trabalhistas, tributários e passivos contingentes, decorrentes do curso de suas operações.

Para determinação dos potenciais passivos, assim como a mensuração dos impactos contábeis, os temas são avaliados considerando premissas e julgamentos dos assessores legais, a natureza e complexidade dos assuntos, interpretações da legislação aplicável, e o histórico de perdas.

Devido ao uso de julgamentos significativos na avaliação dos temas relacionados a passivos tributários, trabalhistas e passivos contingentes, utilizadas pela Companhia, ou na possibilidade de mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades, poderem impactar significativamente as divulgações e os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

### Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Com o apoio dos nossos especialistas tributários, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação dos critérios e julgamentos utilizados pela Companhia para classificação do risco dos passivos tributários, trabalhistas e dos passivos contingentes, incluindo a mensuração dos potenciais impactos a serem registrados nas demonstrações financeiras. Obtivemos também as avaliações realizadas pelos assessores jurídicos da Companhia através de cartas de confirmação, assim como através de pareceres e opiniões legais, quando aplicável.

Avaliamos, ainda, se as divulgações em notas explicativas consideram todos os aspectos relevantes.

Como resultado dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as provisões e as divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Teste do valor recuperável dos Ágios

Consulte as notas explicativas 4.11 e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### Principal assunto de auditoria

A Companhia possui montantes significativos de Ágio em decorrência de aquisições realizadas, os quais possuem vida útil indefinida e estão sujeitos ao teste do valor recuperável anual. A avaliação do valor recuperável dos Ágios envolve incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas utilizadas para apurar os fluxos caixa futuros e seu desconto a valor presente, o qual é base para a avaliação do valor recuperável, principalmente no que diz respeito às premissas como, crescimento da receita, às margens de lucro e taxas de desconto.

Devido à relevância do valor dos Ágios, ao julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, e dos possíveis impactos que poderiam afetar o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

### Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na elaboração dos estudos que suportam as análises de recuperabilidade, especialmente as relativas ao crescimento da receita, às margens de lucro e taxas de desconto. Comparamos as premissas da Companhia com dados obtidos de fontes externas, como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e taxas de desconto, e realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas.

Comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados com o valor dos ativos para fins de avaliação da recuperação. Adicionalmente, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão adequadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os referidos ativos intangíveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outros assuntos**

### Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 3 de abril de 2019, sem modificação.

# Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e
  consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de
  auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para
  fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que
  o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação,
  omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 28 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes CRC SC-000071/F-8

Cristiano Jardim Seguecio

Contador CRC SP - 244545/O-9 T - RS

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Controladora		Consolidado	
	Nota	2019	2018	2019	2018
Ativos			_		
Caixa e equivalentes de caixa	6	111.042	94.894	273.685	291.818
Aplicações financeiras	7	5.044	10.304	5.044	10.304
Contas a receber de clientes	8	424.481	378.635	515.383	459.008
Estoques	9	253.837	261.102	378.900	376.853
Tributos a recuperar	10	17.321	6.589	42.052	34.288
Direito de reembolso	22	27.829	135.213	27.829	135.213
Dividendos a receber	22	21.080	3.758	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.3.f	-	961	723	1.172
Outros ativos	12	3.758	2.364	29.716	5.520
Ativos não circulantes mantidos para venda	11		<u>-</u>		57.837
Total do ativo circulante		864.392	893.820	1.273.332	1.372.013
Aplicações financeiras	7	-	5.125	-	5.125
Contas a receber de clientes	8	1.212	1.740	1.222	1.933
Tributos a recuperar	10	203	-	4.357	10.260
Depósitos judiciais	23.d	60	59	5.309	5.611
Ativo fiscal diferido	21.a	-	-	37.734	37.268
Direito de reembolso	22	15.879	72.151	15.879	72.151
Outros ativos	12	3.508	4.209	3.508	7.200
		20.862	83.284	68.009	139.548
Investimentos	13	600.335	604.873	-	-
Imobilizado	14	35.460	37.417	131.585	136.438
Intangível	15	5.255	3.448	498.198	506.932
Direito de uso de ativo	16.a	45.834		119.819	
Total do ativo não circulante		707.746	729.022	817.611	782.918
Total do ativo		1.572.138	1.622.842	2.090.943	2.154.931

		Controladora		Consolidado
Nota	2019	2018	2019	2018
17	399.145	349.714	487.842	437.435
18.a	3.422	30.824	84.055	105.153
18.b	68.806	15.395	140.534	106.411
19	51.473	51.621	72.054	69.855
20	40.265	136.476	48.059	140.991
11	729	471	729	25.471
22	8.856	365	8.856	365
16.b	4.529	-	29.342	-
	4.124	2.512	15.023	10.452
_	581.349	587.378	886.494	896.133
10	41.000	7.002	150 554	155.044
				155.846
				434.735
				170.123
				2.819
				120.077
		9.342		21.129
16.b		-		
_				1.413
	608.936	680.868	822.596	906.142
24				
	253.629	253.629	253.629	253.629
	(30.963)	(30.963)	(30.963)	(30.963)
	13.487	11.700	13.487	11.700
_	145.700	120.230	145.700	120.230
_	381.853	354.596	381.853	354.596
_	1.572,138	1.622.842	2.090.943	2.154.931
	17 18.a 18.b 19 20 11 22 16.b	Nota         2019           17         399.145           18.a         3.422           18.b         68.806           19         51.473           20         40.265           11         729           22         8.856           16.b         4.529           4.124         581.349           18.a         21.889           18.b         310.133           4.2.a         179.818           20         1.148           21         41.875           23         9.333           16.b         44.439           301         608.936           24         253.629           (30.963)         13.487           145.700         145.700	Nota         2019         2018           17         399.145         349.714           18.a         3.422         30.824           18.b         68.806         15.395           19         51.473         51.621           20         40.265         136.476           11         729         471           22         8.856         365           16.b         4.529         -           4.124         2.512           581.349         587.378    18.a  21.889  7.903  18.b  310.133  378.735  4.2.a  179.818  170.123  20  1.148  1.414  21  41.875  112.914  23  9.333  9.342  16.b  44.439  - 301  437  608.936  680.868  24  253.629  (30.963)  (30.963)  (30.963)  13.487  11.700  145.700  120.230	Nota         2019         2018         2019           17         399.145         349.714         487.842           18.a         3.422         30.824         84.055           18.b         68.806         15.395         140.534           19         51.473         51.621         72.054           20         40.265         136.476         48.059           11         729         471         729           22         8.856         365         8.856           16.b         4.529         -         29.342           4.124         2.512         15.023           581.349         587.378         886.494           18.a         21.889         7.903         159.774           18.b         310.133         378.735         310.133           4.2.a         179.818         170.123         179.818           20         1.148         1.414         2.389           21         41.875         112.914         41.875           23         9.333         9.342         28.149           16.b         44.439         -         99.799           301         437         659

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora			Consolidado	
	Nota	2019	2018	2019	2018	
Receita	25	2.329.370	2.140.605	3.003.198	2.642.127	
Custos das mercadorias e produtos vendidos	26	(2.073.408)	(1.891.037)	(2.533.751)	(2.243.126)	
Lucro bruto		255.962	249.568	469.446	399.001	
Despesas com vendas	26	(133.444)	(60.735)	(139.549)	(141.724)	
Despesas gerais e administrativas	26	(55.839)	(76.363)	(168.802)	(106.062)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(67.171)	(32.899)	(99.193)	(42.165)	
Participação nos resultados de empresas investidas por						
equivalência patrimonial	13	32.294	4.823			
Resultado antes das receitas (despesas)						
financeiras líquidas e impostos		31.802	84.394	61.903	109.050	
Receitas financeiras	28	8.452	18.152	42.146	40.242	
Despesas financeiras	28	(56.991)	(51.811)	(121.405)	(96.471)	
Despesas infanceiras	20	(48.539)	(33.659)	(79.259)	(56.229)	
Resultado antes dos impostos		(16.737)	50.735	(17.356)	52.821	
Imposto de renda e da contribuição social correntes	21	(7.696)	(23.145)	(25.565)	(27.260)	
Imposto de renda e da contribuição social diferidos	21	60.180	6.501	78.669	9.496	
Lucro líquido do exercício		35.747	34.091	35.747	35.057	
Atribuível a:						
Acionistas controladores				35.747	34.091	
Acionistas controladores  Acionistas não controladores				-	966	
Telonistas nas contiduados				35.747	35.057	
Lucro líquido por ação – básico e diluído (por ação)				0,37	0,36	

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	35.747	34.091	35.757	35.057
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	35.747	34.091	35.747	35.057
Atribuível a:				
Acionistas controladores			35.747	34.091
Acionistas não controladores			-	966
			35.747	35.057

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Atribuível a acionistas controlador					ontroladores		
	_	Reser	rva de Lucros					
	Capital social	Legal	Retenção	Transações de capital	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	253.629	9.872	87.967		<u> </u>	351.468		351.468
Aumento de capital em controlada com exercício das opções das								
opções de ações	-	-	-	4.705	-	4.705	-	4.705
Aumento de capital de participações de não controladores	-	-	-	(35.668)	-	(35.668)	(966)	(36.634)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	34.091	34.091	966	35.057
Constituição de reserva legal	-	1.828	-	-	(1.828)	-	-	-
Reserva de retenção lucros		<u>-</u> .	32.263		(32.263)			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	253.629	11.700	120.230	(30.963)	<u> </u>	354.596		354.596
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	35.747	35.747	-	35.747
Constituição de reserva legal (nota explicativa 24.b)	-	1.787	-	-	(1.787)	-	-	-
Dividendos (nota explicativa 24.c)	-	-	-	-	(8.490)	(8.490)	-	(8.490)
Reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.b)	<u> </u>	<u> </u>	25.470		(25.470)		<u>-</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	253.629	13.487	145.700	(30.963)	<u> </u>	381.853	<u> </u>	381.853

Demonstrações dos fluxos de caixa — Método indireto Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Controladora		Consolidado
	Nota	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais Lucro antes do imposto sobre a renda		(16.737)	50.735	(17.356)	52.821
Ajustes para:	14 / 15 /				
Depreciações e amortizações	16	17.132	16.820	55.021	29.420
Resultado na alienação de imobilizado		3.334	(12)	8.043	(76)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		1.904	315	5.126	1.204
Correção monetária sobre aquisições de investimentos		9.695	10.937	9.695	10.937
Lucros não realizados no estoque Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		35.719	27.531	59.011	969 50.609
Juros sobre passivos de arrendamento	16	4.052	27.551	10.331	50.005
Provisões (reversões) sem direito de reembolso	10	3.427	(6.252)	3.427	(6.252)
Reversão de direitos de reembolso, líquido das provisões	27 / 22	55.643	16.559	55.643	16.559
Provisão para contingências		(538)	2.946	6.491	3.376
Despesa com plano de outorga de ações		-	-	-	4.314
Instrumentos financeiros derivativos		961	(1.532)	449	(1.744)
Equivalência patrimonial	13	(32.294)	(4.823)	-	-
Provisão para perdas de estoques		221	-	208	1 (2 12)
W · ~		82.519	113.224	196.089	162.137
Variações em: Contas a receber		(47.223)	14.367	(60.790)	76.362
Títulos e valores mobiliários		(47.223)	7.005	(00.790)	7.005
Estoques		7.043	(29.989)	(2.253)	(42.541)
Impostos a recuperar		(10.935)	(2.517)	(2.326)	(25.478)
Imóveis mantidos para venda		-	-	57.835	15.597
Outras contas a receber		(693)	(2.937)	(20.200)	(4.931)
Fornecedores		49.432	9.903	50.407	10.551
Obrigações sociais e trabalhistas		5.273	3.488	7.619	(7.039)
Obrigações tributárias		3.217	(6.101)	6.332	(11.915)
Adiantamentos de clientes		258	5	(24.742)	(203)
Outros passivos		1.476	(7.876)	6.224	(7.729)
Caixa gerado (usado) nas operações		7.848	(14.652)	18.106	9.679
Juros pagos empréstimos e debêntures	18	(7.484)	(34.552)	(29.034)	(62.531)
Imposto de renda e contribuição social pagos Aplicações financeiras		(7.696) 10.384	(19.425)	(25.565) 7.364	(23.527)
Apricações inianeciras		10.304	-	7.304	_
Fluxo de caixa das atividades operacionais		85.571	44.595	166.960	85.758
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	14	(4.467)	(4.140)	(20.530)	(19.775)
Aquisição de intangível	15	(3.075)	(42)	(5.523)	(8.048)
Venda de instrumentos financeiros		-	422	-	2.968
Caixa adquirido em combinação de negócios		-	-	-	111.111
Aquisição de investimentos	7	-	(404.048)	-	(404.048)
Resgate de aplicação	7	(7.542)	404.048	(26.052)	404.048
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de in	nvesumento	(7.542)	(3.760)	(26.053)	86.256
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e financiamentos	17	17.000	54.000	91.633	258.105
Captação de debêntures	17	-	878	-	878
Pagamento de empréstimos e financiamentos	17	(32.059)	(59.328)	(115.476)	(129.440)
Pagamento de debêntures	17	(41.783)	-	(113.783)	(72.000)
Pagamento de passivos de arrendamento	16	(5.041)		(24.434)	
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das ativida financiamentos	des de	(61.883)	(4.450)	(162.060)	57.543
Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa		16.146	36.385	(21.153)	229.557
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		94.894	58.509	294.839	62.261
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		111.040	94.894	273.686	291.818
Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa		16.146	36.385	(21.153)	229.557
•					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 1. Contexto operacional

A CM Hospitalar S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "o Grupo"), constituída em 16 de agosto de 2010 como CM Hospitalar Ltda., transformada em sociedade por ações de capital fechado em 7 de dezembro de 2015, tem sua sede social no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo e filiais localizadas nas cidades de Londrina (Paraná), Catalão (Goiás), Marília (São Paulo), Cajamar (São Paulo), Curitiba (Paraná), São Paulo (São Paulo), Brasília (Distrito Federal), Jaboatão dos Guararapes (Pernambuco) e Recife (Pernambuco). As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo", "Consolidado").

O Grupo atua preponderantemente na exportação, importação, representação, armazenamento, distribuição e expedição de medicamentos, inclusive, de controle especial e comércio atacadista em geral, atuando principalmente no comércio de produtos para saúde, além da participação em outros investimentos. O Grupo atua em todo o Brasil com uma forte estrutura comercial e logística. O planejamento de médio e longo prazo do Grupo engloba a aquisição de empresas do segmento e um importante fortalecimento comercial em todo o Brasil, ampliando sua posição de liderança e referência em distribuição de medicamentos e materiais hospitalares.

Em 4 de abril de 2018, a Companhia adquiriu 91,09% de participação do capital social da Cremer S.A., grupo econômico situado na cidade de Blumenau (Santa Catarina), com atividade preponderante o fornecimento de produtos para cuidados com a saúde nas áreas de primeiros socorros, cirurgia, tratamento e higiene. A Cremer S.A. conta com operações fabris em Blumenau (de produtos têxteis, de adesivos e de plásticos), em São Paulo e Minas Gerais (de produtos plásticos) e cinco centros de distribuição em diferentes estados do Brasil.

Em 16 de outubro de 2018 a companhia realizou uma oferta pública de aquisição de ações que culminou na aquisição do saldo residual, a partir desta data 100% do capital social da Cremer S.A.

Em 27 de dezembro de 2019 foi assinado o contrato de compra da totalidade das quotas da Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. A Companhia compreende que as condições precedentes para a conclusão dos negócios não estavam cumpridas até a autorização para a emissão destas demonstrações financeiras, especialmente no que tange ao cumprimento das cláusulas precedentes relacionadas a autorização do CADE, dentre outras condições. Portanto não obteve o controle e não está sendo consolidada nessas demonstrações financeiras. Até que tais condições estejam cumpridas, o Grupo e a Expressa manterão suas operações de forma totalmente independente, mantendo inalteradas equipes, qualidade de prestação de serviço e as relações comerciais de cada uma das empresas.

# 2. Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem, além da Companhia:

					% pa	articipação
				2019		2018
Nome	Principal atividade	País- sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Cremer S.A.	Fabricação de produtos hospitalares	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Cremer Administradora de Bens Ltda	Administradora de bens	Brasil	100,00	100,00	95,27	100,00
Embramed Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda	Fabricação de produtos hospitalares	Brasil	1_	1_	99,00	100,00
Tecnocold Locação de Espaços e	Comércio atacadista de					
Distribuição de Produtos Refrigerados	medicamentos e drogas	Brasil	99,90	99,90	99,90	99,90
Ltda.	de uso humano					

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Em 30 de setembro de 2019, a controlada Cremer S.A. realizou a incorporação da empresa Embramed Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Base de preparação

### 3.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2020.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06(R2)—Arrendamentos foi aplicado. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 3.4.a.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

# 3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

# (a) Operações e saldos em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

# 3.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# (b) Nota explicativa 14 e 15 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, são detalhadas em nota explicativa.

# (c) Nota explicativa 16 - Arrendamentos - Determinação do prazo de arrendamento

O Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. O Grupo possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. O Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

# (d) Nota explicativa 16 - Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental nominal sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária).

# (e) Nota explicativa 21 – Ativo fiscal diferido

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e base negativa não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais e base negativa. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

# (f) Nota explicativa 23 - Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3.4. Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2), Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto da mudança da adoção desta nova norma estão descritos a seguir.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

# (a) CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A Companhia utilizou para sua transição a abordagem retrospectiva modificada, ou seja, aplicou os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019. Sendo assim, não há reapresentações de informações e saldos em base comparativa. Após a data da aplicação inicial em 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos passaram a ser reconhecidos como um direito de uso do ativo e um passivo correspondente na data à qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia.

Cada pagamento é alocado entre o passivo de arrendamento e o custo financeiro. O custo financeiro do passivo de arrendamento é registrado no resultado durante o prazo executável do contrato, utilizando uma taxa constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. O direito de uso do ativo é depreciado pelo método linear considerando o período menor entre a vida útil do ativo e o prazo executável do contrato.

Na adoção do CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento em relação aos contratos anteriormente classificados como "arrendamentos operacionais" de acordo com o CPC 06 (R1). Até a demonstração financeira de 2018, os pagamentos destes arrendamentos, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador, eram reconhecidos no resultado durante o período do contrato.

Na data de adoção, ativos e passivos oriundos dos contratos de arrendamento foram mensurados ao seu valor presente, considerando os pagamentos remanescentes de cada contrato, descontando a taxa incremental em 1º de janeiro de 2019. A média ponderada da taxa incremental aplicada na adoção inicial variou de 6,78% a 8,80%. O passivo de arrendamento considera o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de arrendamento:

- Pagamentos fixos descontando qualquer incentivo recebido;
- Pagamentos variáveis com base em taxas ou índices;

Não havia montantes garantidos de residual a pagar para a arrendadora ao final do contrato, bem como não havia custos de desinstalação ou outros valores obrigatórios quando do encerramento dos contratos. Os direitos de uso de ativos foram mensurados pelo valor igual ao montante do passivo de arrendamento, ajustados por qualquer montante de pagamentos antecipados e provisões de pagamentos de arrendamentos relacionados ao contrato reconhecido em 01 de janeiro de 2019. Não tiveram contratos de arrendamentos onerosos que requerem um ajuste ao direito de uso do ativo na data da aplicação inicial.

O Grupo optou por utilizar o expediente prático de transição para não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento em 1º de janeiro de 2019. Em vez disso, o Grupo aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. O Grupo também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# Impacto no balanço patrimonial conforme tabela abaixo:

	2019		1º de	janeiro de 2019
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos				
Direito de uso de ativo	45.834	119.819	49.958	143.244
Passivos				
Passivo de Arrendamento	48.968	129.141	49.958	143.244
Circulante	4.529	29.342		
Não circulante	44.439	99.799		

### Impacto na Demonstração do Resultado conforme tabela abaixo:

		2019
	Controladora	Consolidado
Demonstração do resultado		
Despesas de depreciação e amortização com arrendamento	4.124	23.425
Despesas financeiras – juros e atualização monetária de arrendamentos	4.052	10.331
Impacto financeiro conforme tabela abaixo:		
		2019
	Controladora	Consolidado
Arrendamento mercantil		
Pagamentos realizados em 2019	5.041	24.434

Não há impacto tributários relevantes e em outros resultados abrangentes ou no lucro básico e diluído por ação.

# (b) ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

O Grupo determinou, que é provável que seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às controladas) serão aceitos pelas autoridades fiscais. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

# 4.1. Base de consolidação

O controle de investidas é obtido quando o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: (i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); (ii) exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

### (a) Controladas

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle.

Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

# (b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio. Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

# 4.2. Combinação de negócios ocorrida durante o exercício de 2018

Em 4 de abril de 2018, o Grupo obteve o controle da Cremer S.A., grupo econômico situado na cidade de Blumenau (Santa Catarina), com atividade preponderante o fornecimento de produtos para cuidados com a saúde nas áreas de primeiros socorros, cirurgia, tratamento e higiene, ao adquirir mais 91,09% das ações do capital votante dessa entidade. A Cremer S.A. conta com operações fabris em Blumenau (de produtos têxteis, de adesivos e de plásticos), em São Paulo e Minas Gerais (de produtos plásticos) e cinco centros de distribuição em diferentes estados do Brasil. A aquisição de controle da Cremer S.A. permitiu ao Grupo acesso a cadeia de produção do segmento de cuidados pessoais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O acervo líquido Cremer S.A. em 4 de abril de 2018 era formado desta forma:

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	111.111	Obrigações sociais e trabalhistas	27.068
Contas a receber	116.182	Fornecedores	81.071
Estoques	101.802	Obrigações fiscais	10.207
Tributos a recuperar	20.030	Empréstimos e financiamentos	155.164
Despesas antecipadas	1.980	Outras obrigações	41.909
Outros ativos circulantes	43.907	Provisões	4.360
Total do circulante	395.012	Total do circulante	319.779
Não circulante		Não circulante	
Contas a receber	291	Empréstimos e financiamentos	157.031
Tributos diferidos	39.037	Outras obrigações	1.615
Outros ativos não circulantes	24.926	Tributos diferidos	11.912
Imobilizado	83.542	Provisões	11.357
Intangível	129.970		
Total do não circulante	277.766	Total do não circulante	181.915
		Patrimônio líquido	171.084
Total do ativo	672.778	Total do passivo	672.778

# (a) Contraprestação transferida

Contraprestação total

O preço pago pela aquisição de 91,09% do capital votante da Cremer S.A. foi de R\$ 506.712, dos quais R\$347.526 foram pagos através de transferência bancária eletrônica para a conta corrente dos acionistas vendedores. O valor remanescente de R\$159.185 foi retido pelo comprador para eventuais demandas judiciais existentes ou futuras e serão pagos em até 6 anos, caso as demandas judiciais não se concretizem. Esse montante é atualizado mensalmente pela variação do índice do CDI e em 31 de dezembro de 2019 compreende o montante de R\$ 179.818 (R\$ 170.123 em 31 de dezembro de 2018).

# (b) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Valores reconhecidos de ativos identificávois adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume a alocação dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, os quais foram registrados pela Companhia com base em Laudo de Avaliação elaborado por empresa especializada,

valores reconnectdos de ativos identificaveis adquiridos e passivos assumidos	
Patrimônio líquido na data de aquisição (91,09%)	155.789
Valor justo de bens destinados a venda	38.083
Valor justo de ativos imobilizados	11.273
Valor justo da marca	82.513
Valor justo da carteira de clientes	66.225
Ágio	220.181
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre valor justo de ativos identificados	(67.352)

506.712

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# (c) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

### Imobilizado e bens destinados a venda:

Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.

### <u>Intangível – Marca:</u>

O método utilizado para a avaliação da Marca foi o de *Relief-from-Royalty*. A premissa desta metodologia de avaliação é a suposição de que um participante de mercado seria obrigado a pagar ao proprietário legítimo do ativo intangível para ter o direito legal de utilizar sua marca. Como a propriedade da Marca existente dispensa a empresa de fazer tais pagamentos (*royalties*), o desempenho financeiro da empresa é aumentado na medida em que tais pagamentos de royalties são evitados. As principais premissas foram: (i) taxa de royalties (*Royalties rate*) para o prazo de 10 anos de 1,57% e 0,78% na perpetuidade (formada por elementos comparáveis, (ii) taxa de desconto WARA de 13,2%, formados pelo WACC de 12,2%, adicionando um ajuste pelo risco de 1,0%.

### <u>Intangível – Carteira de cliente:</u>

Foi utilizado o método de renda *Multi-Period Excess Earnings Method* – MPEEM, que possui como objetivo isolar o fluxo de caixa atribuível a um ativo intangível específico do fluxo de caixa total. Nesse método, são feitas eliminações contra o lucro líquido total, pelo uso dos ativos contribuintes, alocando o lucro excedente ao ativo intangível em avaliação.

As principais premissas utilizadas foram: (i) taxa de retenção (attrition rate / churn rate) obtido através do método Constant Attrition Rate Method (CAM), identificando-se churn rate de 24,58%, (ii) rentabilidade atribuída a carteira de clientes está sendo calculada pela rentabilidade (EBITDA) do negócio da empresa adquirida, considerando uma volta de despesa adicional de 1,57% (add back), obtidos da média histórica dos gastos dos últimos 5 anos com publicidade, propaganda e comercialização, (iii) ativos contributivos, considerando: (i) capital de giro, (ii) ativos fixos incluindo bens destinados a venda e mais valia,(iii) força de trabalho, e (iv) taxa de desconto WARA de 13,2%, formados pelo WACC de 12,2%, adicionando um ajuste pelo risco de 1,0%.

# (d) Transações com não controladores

Em reunião do Conselho de Administração da Cremer S.A. realizada em 4 de abril de 2018, foi aprovada a extinção do plano de opções e o período de carência para exercício de opções de compra de ações, em razão da transferência do controle acionário acima. Com o exercício das opções de compra, foram emitidas 894.185 (oitocentos e noventa e quatro mil, cento e oitenta e cinco) novas ações, diluindo assim a participação da Companhia na Controlada de 91,06% para 88,52%.

Em 16 de outubro de 2018 e 26 de novembro de 2018 a Companhia realizou uma oferta pública de aquisição de ações que culminou na aquisição do saldo residual de 11,27% e 0,21% respectivamente, passando a deter a partir desta última data, 100% do capital social da Cremer S.A. Estas aquisições foram consideradas transações entre sócios e o ágio relacionado a esta aquisição foi registrado no patrimônio líquido da Companhia.

O preço pago pela aquisição de 11,48% do capital votante residual da Cremer S.A., durante o processo de Oferta Pública de Ações (OPA), foi de R\$ 56.557, sobre um patrimônio líquido equivalente de R\$ 20.889, gerando um ágio sobre a referida aquisição no montante de R\$ 35.669, conforme divulgado em nota explicativa 24.d.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4.3. Instrumentos Financeiros

# (a) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### (b) Classificação e mensuração subsequente:

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, A Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# (i) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e de suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

# (ii) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros.

Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# (iii) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

# (iv) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

# (c) Desreconhecimento

### (i) Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

### (ii) Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

# (d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# (e) Redução ao valor recuperável (impairment)

# (i) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

# (f) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio em compromissos firmes, como hedge de fluxo de caixa. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor				
justo por meio do resultado		961	723	1.172
Total		961	723	1.172

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

O Conselho de Administração e os Diretores são responsáveis por supervisionar a gestão dos riscos que a Companhia está exposta

# 4.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4.5. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

# 4.6. Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade produtiva. As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas sempre que identificados. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

### 4.7. Imóveis destinados a venda

Os ativos não circulantes mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é reconhecida no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda os ativos não são mais depreciados.

# 4.8. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, quando aplicável, deduzido depreciação, a qual é calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas em nota explicativa. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O CPC 27 exige que as peças de reposição, a serem utilizadas nos reparos das máquinas e equipamentos, sejam classificadas dentro do grupo do imobilizado. A Companhia mantém em estoque somente as peças de reposição de valores pequenos e que são registradas no resultado no momento de sua utilização porque não alteram a vida útil ou capacidade do equipamento. As peças de manutenção que atendem os critérios para contabilização como ativo imobilizado, são geralmente adquiridas e registradas quando da sua efetiva utilização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4.9. Ativos intangíveis

### (a) Programas de computador (softwares)

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

### (b) Carteira de clientes

As carteiras de clientes foram identificadas nas alocações do preço pago referente as aquisições dos controles da Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda. e da Cremer S.A.

As carteiras de clientes foram reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As carteiras de clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

### (c) Marca

As marcas registradas adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil indefinida e são contabilizadas pelo seu valor de custo.

# (d) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4.10. Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

### (a) Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

Propriedades com prazo determinado: Utilizado o prazo do contrato que varia 3 a 25 anos Propriedades com prazo determinado (aonde o ativo é considerado indispensável): 25 anos

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

### (b) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# (c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

# 4.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente no final do exercício ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente no final do exercício, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Durante o exercício de 2019, a Administração da Companhia não identificou perda substancial econômica do valor recuperável de seus ativos imobilizado e intangível.

### 4.12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 4.13. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação "legal" ou "não formalizada", presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão para contingências é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis e atualizadas até as datas dos balanços, e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos em nota explicativa.

Os direitos de reembolso são reconhecidos quando se espera que os desembolsos necessários para liquidar uma provisão sejam reembolsados por outra parte. O reembolso é reconhecido quando, e somente quando, for praticamente certo que o reembolso será recebido se a Companhia liquidar a obrigação. O reembolso é tratado como ativo separado. O valor reconhecido para o reembolso não deve ultrapassar o valor da provisão. Na demonstração do resultado, a despesa relativa a uma provisão é apresentada líquida do valor reconhecido de reembolso. Nota explicativa 22.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4.14. Receita de contrato com cliente

O Grupo está no ramo de fornecimento e distribuição de produtos e medicamentos, saúde hospitalar e higiene pessoal. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O Grupo conclui, de modo geral, que é o principal agente em seus contratos de receita, excetuando-se os serviços de compras relacionados abaixo, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente.

# (a) Venda de produtos

A receita de venda produtos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do produto na localidade física indicada pelo cliente. O Grupo considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, pontos de fidelização do cliente). Ao determinar o preço de transação para a venda de produto, o Grupo considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

# (b) Contraprestação variável

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, o Grupo estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente.

A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Alguns contratos para venda de produto fornecem aos clientes o direito de devolução em um período pré-determinado além de abatimentos por volume calculados de forma retrospectiva a determinados clientes na medida em que a quantidade de produtos adquiridos no período estabelecido exceda a meta estipulada em contrato. O direito de devolução e abatimentos por volume dá origem a contraprestação variável.

### (c) Serviços de transporte e distribuição

A Companhia realiza o transporte de produtos cirúrgicos e hospitalares, produtos nutricionais, dermocosméticos e medicamentos. As receitas de serviços são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos transportados para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. As receitas são realizadas com prazo de recebimento de 60 dias, portanto, não têm caráter de financiamento, o que é consistente com a prática do mercado. Portanto, essas receitas não são descontadas ao valor presente. Um recebível é reconhecido quando o transporte é finalizado, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado.

# (d) Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# (e) Abatimentos por volume

O Grupo oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a receber de clientes. O Grupo aplica ou método do valor mais provável ou o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável em um contrato. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é identificado principalmente pelo número de metas de volume de vendas existentes no contrato. O método do valor mais provável é utilizado em contratos que incluem uma única meta, enquanto o método do valor esperado é utilizado para contratos que incluem mais de uma meta de volume de vendas. Em seguida, o Grupo aplica os requisitos sobre estimativas de contraprestação variável restritas para determinar o montante da contraprestação variável que pode ser incluída no preço da transação e, consequentemente, reconhecida a receita.

### 4.15. Imposto de renda e contribuição social

# (a) Imposto de renda e contribuição social - correntes

Apurados pelo lucro real à razão de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social.

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que o Grupo opera e gera lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

### (b) Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

### 4.16. Benefícios a administradores, executivos e colaboradores

### (a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

# (b) Participação nos lucros e resultados

A provisão que contempla o programa de participação dos empregados nos resultados e é contabilizada conforme o regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia.

### 4.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, no entanto não espera impactos relevantes para o Grupo.

# (a) Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações. Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, o Grupo não será afetado por essas alterações na data de transição.

# (b) Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição omissão em todas as normas e a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 5. Gestão de risco financeiro

### 5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

Os principais fatores de risco aos quais o Grupo está exposto refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são endereçados pelo modelo de gestão do Grupo.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites.

O Grupo possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela alta administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões.

# (a) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação de demanda e preços de mercado, tais como retração e demanda de consumo de produtos, taxas de câmbio e taxas de juros.

# (i) Risco de taxas de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. A taxa de juros dos ativos e passivos financeiros estão substancialmente atrelados as variações do CDI. A Companhia entende que o montante de dívida líquida apresentada na nota explicativa 5.1.d – Gestão de capital, está sujeito as variações dessa taxa, no entanto não espera efeitos relevantes em decorrências de possíveis flutuações significativas nesse indicador.

# (ii) Risco de taxas de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

### (b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A gestão do risco de crédito do Grupo em relação a clientes tem como prática a análise da situação financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além disso a Companhia gerencia o risco de crédito considerando que os principais ativos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber, estão localizados no país, possuem um histórico irrelevante de perda, e os equivalentes de caixa estão aplicados em instituições financeiras considerados pela administração de baixo risco.

#### (c) Risco de liquidez

Representa o risco do Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de tesouraria, além de uma política conservadora de capital de giro. A administração não espera desembolso de caixa significativamente diferentes daqueles fluxos apresentados na nota explicativa 18.

#### (d) Gestão de capital

A política do Grupo é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos seus credores e do mercado, além de manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora os retornos sobre capital, que o Grupo define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido. A dívida do Grupo para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Total dos empréstimos, financiamentos e Debêntures	404.250	432.857	694.496	802.145
Menos caixa e equivalentes de caixa	(111.042)	(94.894)	(273.685)	(291.818)
Menos aplicações financeiras	(5.044)	(15.429)	(5.044)	(15.429)
Dívida liquida	288.164	322.534	415.767	494.898
Total de patrimônio líquido	381.853	354.596	381.853	354.596
Total de capital	670.017	677.130	797.620	849.494
Índice de alavancagem financeira - %	43%	48%	52%	58%

#### 5.2. Instrumentos financeiros por categoria

	_		Controladora		Consolidado
	Categoria de instrumento				
	financeiro _	2019	2018	2019	2018
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	VJR	111.042	94.894	273.685	291.818
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	425.693	380.375	516.605	460.941
Aplicações financeiras	VJR	5.044	10.304	5.044	10.304
Aplicações financeiros restritas	VJR	-	5.125	-	5.125
Dividendos a receber	Custo amortizado	21.080	3.758	-	-
Direito de reembolso	Custo amortizado	43.708	207.364	43.708	207.364
Depósitos judiciais	Custo amortizado	60	59	5.309	5.611
Instrumentos financeiros	Valor justo por				
derivativos	meio do resultado		961	723	1.172
Total	=	606.627	702.840	845.074	982.335

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	399.145	349.714	487.842	437.435
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	25.311	38.727	243.829	260.999
Debêntures	Custo amortizado	378.939	394.130	450.667	541.146
Dividendos a pagar	Custo amortizado	8.856	365	8.856	365
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	48.968	-	129.141	-
Obrigações por aquisição de					
investimentos	Custo amortizado	179.818	170.123	179.818	170.123
Total		1.046.044	953.059	1.505.160	1.410.068

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora	Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
Caixa e bancos	2.104	7.593	8.328	11.196	
Aplicações financeiras (i)	108.938	87.301	265.357	280.622	
Total	111.042	94.894	273.685	291.818	

(i) Estão representadas por saldos de aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Debêntures indexados entre 98% a 101,4% (95% a 100,5% em 31 de dezembro de 2018) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez inferior a 90 dias e sem alteração significativa de valor.

### 7. Aplicação financeiras

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
5.044	10.304	5.044	10.304
<u> </u>	5.125	<u> </u>	5.125
5.044	15.429	5.044	15.429
5.044	10.304	5.044	10.304
-	5.125	-	5.125
	2019 5.044 - 5.044	2019     2018       5.044     10.304       -     5.125       5.044     15.429       5.044     10.304	2019         2018         2019           5.044         10.304         5.044           -         5.125         -           5.044         15.429         5.044           5.044         10.304         5.044

- (i) Aplicações com rentabilidades de 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019 e 2018, com prazo de resgate superior há 90 dias.
- (ii) Estas aplicações estavam mantidas em instituições financeiras de primeira linha indexadas de 98% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O saldo de 2018 estava vinculado a compra de participações na controlada Cremer S.A. e foram liberados para a utilização durante o exercício de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber dos clientes	414.551	366.116	517.200	458.337
Acordos a receber de clientes (i)	24.962	26.554	24.961	26.554
Partes relacionadas (nota explicativa 22)	1.805	1.425	1.801	1.425
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.625)	(13.720)	(27.357)	(25.375)
Total	425.693	380.375	516.605	460.941
Circulante	424.481	378.635	515.383	459.008
Não circulante	1.212	1.740	1.222	1.933

<sup>(</sup>i) Renegociações efetuadas com clientes com títulos atrasados, para os quais um novo acordo para pagamento foi definido entre as partes.

Composição por idade de vencimento de contas a receber, bruto da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
Valores a vencer	382.179	338.071	464.577	409.112	
Vencidos					
Até 30 dias	23.183	15.368	26.782	20.727	
Entre 31 a 60 dias	7.039	8.273	8.723	9.743	
Entre 61 a 90 dias	4.522	4.445	5.482	5.644	
Entre 91 a 180 dias	4.148	6.396	4.993	7.893	
Entre 181 a 360 dias	18.530	4.067	19.629	15.722	
Acima de 361 dias	1.717	17.475	13.776	17.475	
Total	441.318	394.095	543.962	486.316	

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

		Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	
Saldo no início do exercício	13.720	13.405	25.375	13.405	
Aquisição Cremer S.A. em 4 de abril de 2018	-	-	-	10.766	
Constituição de provisão	1.905	315	1.982	1.204	
Saldo no final do exercício	15.625	13.720	27.357	25.375	

A constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é reconhecida no resultado. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

Outros aspectos que são considerados pela Companhia na avaliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, estão baseados na avaliação do negócio, principalmente relacionado ao rápido recebimento desses ativos e ao grande volume de clientes, considerando que não há dependência de clientes individualmente significativos.

#### (a) Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía R\$288.500 de contas a receber dados em garantia de empréstimos e financiamentos (R\$305.500 em 31 de dezembro de 2018)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Estoques

		Controladora	Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
Mercadorias para revenda	254.281	261.366	287.229	311.989	
Produtos acabados	-	-	46.775	20.231	
Produtos em elaboração	-	-	17.650	15.785	
Matéria-prima	-	-	19.085	19.946	
Material de embalagem	311	254	5.308	5.393	
Outros materiais	249	264	4.692	5.140	
Provisão para perdas com estoque	(1.004)	(782)	(1.839)	(1.631)	
Total	253.837	261.102	378.900	376.853	

Os estoques em 31 de dezembro de 2019 nas demonstrações financeiras consolidadas contemplavam um montante de R\$ 1.259 de depreciação (R\$ 161 em 31 de dezembro de 2018) .

A movimentação da provisão para perdas de estoques é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	782	782	1.631	1.773
Constituição (reversão) de provisão para perdas de estoques	222		208	(142)
Saldo no final do exercício	1.004	782	1.839	1.631

A provisão para perdas com estoques é realizada levando em consideração o menor valor entre o valor líquido de custo e o valor recuperável. A despesa com a constituição da provisão para perda dos estoques foi registrada na rubrica "custo dos produtos vendidos" na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do estoque.

#### (a) Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não há estoques dados em garantias de empréstimos, financiamentos, debêntures ou processos judiciais.

### 10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS (i)	2.040	483	18.953	27.639
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	51	1	4.060	3.278
Imposto de renda e contribuição social (ii)	9.146	5.723	11.955	9.714
Outros	6.287	382	11.441	3.917
Total	17.524	6.589	46.409	44.548
Circulante	17.321	6.589	42.052	34.288
Não circulante	203	-	4.357	10.260

<sup>(</sup>i) Refere-se a créditos de ICMS gerados na compra de insumos, materiais, transferências entre filiais e ICMS na aquisição de imobilizado o qual está sendo aproveitado à razão de 1/48 avos.

<sup>(</sup>ii) Refere-se ao pagamento a maior de Imposto de renda e contribuição social no ano de 2018 que será compensado com os impostos a pagar do exercício de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Ativos não circulantes mantidos para venda

A Controlada Cremer Administradora de Bens Ltda. possuía propriedades destinadas a venda relacionadas a terrenos e edificações referente a um acordo de intenção de compra e venda firmado em 06 de março de 2017 pelo valor de venda de R\$ 44.000. Estas propriedades representavam o montante de R\$ 57.837 em 31 de dezembro de 2018. Essa transação também gerou um custo tributário de R\$ 1.606 de impostos indiretos e uma comissão pela venda de R\$ 1.980.Em outubro de 2019 as condições precedentes do referido acordo foram concluídas, sendo reconhecido nesta data os efeitos da receita com venda e o valor residual registrado como bens destinados a venda. Desta forma, em 31 de dezembro de 2019 os valores relacionados a bens destinados a venda foram reconhecidos ao resultado. A Controlada Cremer Administradora de Bens Ltda. recebeu R\$ 25.000 a título de adiantamento referente a esse acordo, os quais estavam registrados na rubrica contábil Adiantamento de clientes. Em 2019 as condições de performance para o reconhecimento da receita foram atendidas e os efeitos da transação foram reconhecidos no resultado, e consequentemente o adiantamento e a venda do imóvel foram realizados. A Cremer Administradora de Bens ainda possui um valor de R\$ 19.000 a receber por essa venda e o saldo remanescente na rubrica de adiantamentos de R\$ 729 está relacionado a adiantamentos de clientes referente a outras transações (R\$ 25.471 em 31 de dezembro de 2018, sendo R\$ 471 com adiantamento de outros clientes).

### 12. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamento a fornecedores	1.677	402	2.822	726
Adiantamento funcionários	108	77	659	1.130
Prêmios e seguros	727	1.061	1.529	1.703
Adiantamento de seguros	1.024	-	1.424	96
Contas a receber relacionados a venda de imóveis (i)	-	-	21.319	-
Mútuos com partes relacionadas (nota explicativa 22)	3.508	4.209	3.508	4.209
Outros	222	824	1.963	4.856
	7.266	6.573	33.224	12.720
Circulante	3.758	2.364	29.716	5.520
Não circulante	3.508	4.209	3.508	7.200

<sup>(</sup>i) Refere-se aos valores a receber a prazo oriundos dos bens destinados a vendas, relacionados a: (i) venda de um terreno, em agosto de 2019 para a BLUMOB no valor de R\$ 2.319, (ii) venda de um terreno, realizada em outubro de 2019, para a Hennings Administradora S.A. no valor de R\$ 19.000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 13. Investimentos

Em sociedades controladas:	Tecnocold (i)	Cremer (ii)	Total investimentos 2019	Total investimentos 2018
Percentual de participação	99,99%	100%	2015	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(199)	52.097	51.897	7.734
Patrimônio líquido de acordo com os livros da controlada	6.415	220.704	227.119	191.070
Ágio na aquisição da controlada (nota explicativa 15)	-	220.181	220.181	220.181
Valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos – Marca (nota explicativa 15) Valor justo dos ativos intangíveis	-	82.513	82.513	82.513
identificáveis adquiridos- Carteira de clientes (nota explicativa 15)	-	60.762	60.762	66.225
Valor justo de ativos imobilizados	-	9.870	9.870	11.273
Valor justo ativos destinados a venda	-	-	-	33.721
Outras movimentações	(110)	-	(110)	(110)
Patrimônio líquido ajustado	6.305	594.030	600.335	604.873
Saldo inicial em 31 de dezembro do ano anterior  Aquisição do patrimônio líquido da  CREMER S.A. em 4 de abril de 2018	6.504	598.368	604.873	14.054
	-	-	-	155.789
Mais valia bens destinados a venda	-	-	-	38.083
Mais valia ativo imobilizado	-	-	-	11.273
Carteira de clientes	-	-	-	66.225
Marca	-	-	-	82.513
Ágio	<u> </u>			220.181
Investimentos adquiridos	-	-	-	574.064
Baixa de mais valia de bens destinados a venda	-	(2.132)	(2.132)	(6.138)
Aumento de capital em controlada para o exercício de opções do plano de ações	-	-	-	4.706
Aquisição de ações em circulação de não controladores	-	-	-	20.888
Proposição de dividendos	-	(17.322)	(17.322)	(3.758)
Amortização do valor justo de ativos e passivos adquiridos	-	(6.518)	(6.518)	(3.766)
Resultado de equivalência patrimonial	(199)	32.093	32.294	4.823
Outras movimentações	-	(10.461)	(10.860)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.305	594.030	600.335	604.873

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 14. Imobilizado

Controladora	Edifícios, dependências e benfeitorias	Equipamentos de informática e de comunicação	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instrumentos	Veículos	Benfeitorias em Imóveis de terceiros	Total
Custo							
Saldos em 1º de janeiro de 2018	8.048	3.163	9.926	1.055	36.409	-	58.601
Adições	846	613	1.595	242	699	145	4.140
Alienações / Baixas / Transferências	-	(1)	(25)	(1)	(383)	-	(410)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.894	3.775	11.496	1.296	36.725	145	62.331
Adições	397	2.097	754	224	850	-	4.467
Alienações / Baixas / Transferências	158	(44)	(117)	(2)	(2.790)	(145)	(2.940)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.449	5.828	12.133	1.518	34.785		63.858
Depreciação							
Saldos em 1º de janeiro de 2018	(522)	(1.767)	(4.332)	(275)	(13.080)	-	(19.976)
Depreciação no exercício	(417)	(503)	(1.134)	(126)	(2.758)	-	(4.938)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(939)	(2.270)	(5.466)	(401)	(15.838)		(24.914)
Depreciações no exercício	(709)	(640)	(1.199)	(132)	(2.542)	-	(5.222)
Alienações / Baixas	-	29	68	-	1.641	-	1.738
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(1.648)	(2.881)	(6.597)	(533)	(16.739)		(28.398)
Valor contábil líquido							
Em 31 de dezembro de 2018	7.955	1.505	6.030	895	20.887	145	37.417
Em 31 de dezembro de 2019	7.801	2.947	5.536	985	18.046	_	35.460
Taxa anual de depreciação %	4	20	10	10	20	4	

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Terras e terrenos	Edifícios, dependências e benfeitorias	Equipamentos de informática e de comunicação	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instrumentos	Veículos	Benfeitorias em Imóveis de terceiros	Total
Custo								
Saldos em 1º de janeiro de 2018	-	8.102	3.342	10.181	1.158	36.607	-	59.390
Adições	-	1.188	2.462	4.013	435	727	10.950	19.775
Adições – aquisição Cremer	4.405	14.116	1.655	43.183	5.878	292	14.013	83.542
Valo justo – Mais valia do imobilizado	-	1.941	-	9.797	-	-	(465)	11.273
Alienações / Baixas / Transferências	-	-	-	-	-	(410)	(2.482)	(2.892)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.405	25.347	7.459	67.174	7.471	37.216	22.016	171.088
Adições	-	252	3.165	2.509	501	850	13.251	20.528
Alienações / Baixas / Transferências	(3.481)	(1.571)	(289)	9.233	(139)	(2.870)	(13.041)	(12.158)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	924	24.028	10.335	78.916	7.833	35.196	22.226	179.458
Depreciação								
Saldos em 1º de janeiro de 2018	-	(565)	(1.887)	(4.485)	(353)	(11.562)	(1.683)	(20.535)
Depreciação no exercício	-	(2.375)	(1.134)	(6.295)	(962)	(3.284)	(363)	(14.413)
Depreciação mais valia de imobilizado	-	(12)	-	241	-	69	-	298
Alienações / Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(2.952)	(3.021)	(10.539)	(1.315)	(14.777)	(2.046)	(34.650)
Depreciações no exercício	-	(4.354)	(1.545)	(8.509)	(1.192)	(2.357)	(218)	(18.174)
Depreciação mais valia de imobilizado	-	158	-	567	-	3	-	728
Alienações / Baixas	-	86	260	1.971	196	1.325	386	4.222
Saldos em 31 de dezembro de 2019		(7.062)	(4.306)	(16.510)	(2.311)	(15.806)	(1.878)	(47.873)
Valor contábil líquido								
Em 31 de dezembro de 2018	4.405	22.395	4.438	56.635	6.156	22.439	19.970	136.438
Em 31 de dezembro de 2019	924	16,966	6.029	62.406	5.522	19.390	20.348	131.585
Taxa anual de depreciação %		4	20	10	10	20	4	

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (a) Recuperabilidade (impairment) do ativo imobilizado

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, o Grupo realiza uma análise de recuperabilidade de ativo imobilizado de acordo com o CPC 01- Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de provisão para perda. Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo não identificou a necessidade de contabilização de provisão para perda de ativo imobilizado (impairment).

#### (b) Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 não há ativo imobilizado dados em garantias (R\$ 48.848 relacionados a penhoras de processos judiciais em 2018).

### 15. Intangível

			Controladora
	Software,		
	marcas e	Outros	Total
	patentes		Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.414	<u>-</u>	4.414
Adições	42	-	42
Amortização	(1.008)	<u>-</u>	(1.008)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.448	-	3.448
Adições	2.355	720	3.075
Amortização	(1.190)	(78)	(1.268)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.613	642	5.255
Custo em 31 de dezembro de 2019	8.545	720	9.265
Amortização em 31/12/2019	(3.932)	(78)	(4.010)

						Consolidado
	Software, marcas e patentes	Ágios	Marcas	Outros	Carteira de clientes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.414			-	9.650	13.930
Adições (i)	485	220.181	82.513	7.281	66.225	376.685
Adições – aquisição Cremer (ii)	2.529	85.922	38.219	3.434		130.104
Amortização	(2.030)			(3.593)	(8.164)	(13.787)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.398	306.103	120.732	7.122	67.711	506.932
Adições	4.648	-	-	875	-	5.523
Alienações / baixas / transferência	(108)	-	-	-	-	(108)
Amortização	(2.102)			(5.425)	(6.622)	(14.149)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.836	306.103	120.732	2.572	61.089	498. 198

<sup>(</sup>i) Em 4 de abril de 2018, a Companhia adquiriu 88,52% de participação do capital social da Cremer S.A. Nessa transação foi registrado ágio no montante de R\$ 220.181, valor justo de marca no montante de R\$ 82.513, carteira de clientes no montante de R\$ 66.225 e mais valia de imobilizados e de bens destinados a venda nos montantes de R\$ 11.273 (Nota 14) e R\$ 38.083 (Nota 11), respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Com a aquisição da Cremer S.A. durante o exercício de 2018, os ativos intangíveis daquela controlada passaram a ser consolidados. Os intangíveis consolidados se referem a Ágio no montante de R\$ 85.922 gerado, substancialmente, nas aquisições de participações majoritárias das Companhias P.Simon pelo montante de R\$ 19.251, Embramed R\$ 67.750, Paraisoplex R\$ 1.011 e Ktorres R\$ 42. Em 2013, o valor de R\$ 2.132 foi alocado para o ativo imobilizado e outros intangíveis, como resultado do processo de alocação do preço de compra da aquisição de compra da Embramed e Paraisoplex.

Os referidos ágios possuem vida útil indefinida, sendo seu fundamento econômico a rentabilidade futura das Companhias, e anualmente são submetidos ao teste de recuperabilidade.

# (a) Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda. – Aquisição de controle

A Companhia adquiriu a totalidade das quotas da Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda. em 1° de agosto de 2017 pelo valor de R\$ 11.800. A empresa atua no ramo de distribuição de vacinas com sede na cidade de São Paulo – SP com atuação nacional. O objetivo desta aquisição está, substancialmente, pautado na expansão do portfólio de produtos ofertados pela Companhia e da carteira de clientes do grupo. A aquisição da empresa gerou um ganho por "compra vantajosa" no montante de R\$ 7.083 que foi reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado na mesma data da aquisição. Adicionalmente a referida aquisição gerou uma única alocação para carteira de clientes no montante de R\$ 9.855, que vem sendo amortizada pelo prazo determinado nos estudos de alocação.

#### (b) Cremer S.A. – Aquisição de controle

Conforme nota explicativa 4.2, em 4 de abril de 2018 a Companhia obteve o controle da Cremer S.A., e com base em Laudo de Avaliação elaborado por empresa especializada registrou os ativos identificáveis adquiridos a valor justo.

#### (c) Teste de recuperabilidade dos ágios com vida útil indefinida

Foram desenvolvidos testes de recuperabilidade para os ágios com vida útil indefinida. Todos os fluxos de caixa foram projetados para o período de 5 anos e perpetuados a partir do 6º ano. As taxas de crescimento na perpetuidade foram limitadas a inflação de longo prazo, o que representa que o crescimento considerando na perpetuidade é equivalente a zero, uma vez que as taxas de desconto e o fluxo de caixa foram realizados por métodos nominais.

As receitas foram estimadas considerando o crescimento esperado para seu setor, apresentando crescimento entre 6,6% a 8,3% em termos nominais. As taxas de crescimento foram limitadas a capacidade atual do ativo, como também ao mercado que atua. Foram considerados como deduções da receita os impostos incidentes sobre as vendas nos termos da lei e outras deduções quando historicamente consistentes. Os custos e despesas comerciais foram projetados por sua representatividade histórica do último período, sem quaisquer ajustes. As despesas administrativas foram projetadas pela atualização dos gastos incorridos no último período, atualizados pela inflação correspondente ao seu período.

A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxo de caixa foi de 11,7% composta pelo média ponderada de capital, denominada WACC (representa aproximadamente uma taxa de 13,1% antes dos impostos).

Para os ágios advindos das aquisições das unidades geradoras de caixas da P.SIMON, TOPz, EMBRAMED e CREMER, foi concluído que o *carrying amount* destes ativos quando comparado ao valor em uso estimado pelas principais premissas citadas acima, são inferiores ao valor em uso da unidade geradora de caixa, não gerando necessidade de constituição para provisão de recuperabilidade. Foram realizados cenários de sensibilidade, que consideraram taxas de descontos entre o intervalo de 12,1% a 14,1%. As respectivas análises concluíram que, mesmos nestes cenários, não existe necessidade de constituição para provisão de recuperabilidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Arrendamentos

### (a) Direito de uso de ativo

Controladora					
		_			2019
		Taxa de		Amort.	
	_	Amort.	Custo	acum.	Líquido
Ativo de direito de uso		Contratual	49.958	(4.124)	45.834
		=	49.958	(4.124)	45.834
Consolidado					
		_			2019
		Taxa de		Amort.	
	_	Amort.	Custo	acum.	Líquido
Ativo de direito de uso		Contratual	143.244	(23.425)	119.819
		=	143.244	(23.425)	119.819
Todos os ativos de direitos alas comerciais e parque.  Controladora - Reconciliação v	s fabris.	,	guéis de propried	ades imobiliária	as, dentre ele
	Saldos em		Baixas		Saldos em
	2018	Adições	líquidas	Amort.	2019
Ativo de direito de uso	2018	<b>Adições</b> 49.958	líquidas -	(4.124)	<b>2019</b> 45.834

	Saldos em		Baixas		Saldos em
	2018	Adições	líquidas	Amort.	2019
Ativo de direito de uso		143.244		(23.425)	119.819
		143.244	<u> </u>	(23.425)	119.819

Consolidado - Reconciliação valor contábil no início e no fim do exercício

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (b) Passivos de arrendamento

			Con	ıtroladora		Consolidado
Descrição	Prazo	Taxa de desconto nominal	2019	2018	2019	2018
Arrendamento IFRS 16	3 a 25 anos, conforme	6,78% a 8,80%.	48.968	-	129.141	-
			48.968		129.141	
		Circulante	4.529	-	29.342	-
		Não circulante	44.439	-	99.799	-
			Cronograma de amortização	,	Controladora	Consolidado
			2020		4.529	29.342
			Mais do que 2021		44.439	99.799
					48.968	129.141
					Controladora	Consolidado
			Saldo em 31/12/	2018	-	-
			Adições de novo contratos	os.	49.958	143.244
			Acréscimo de ju	ros	4.052	10.331
			Pagamentos		(5.042)	(24.434)
			Saldo em 31/12/	2019	48,968	129,141

#### 17. Fornecedores

	Controladora			Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	
Fornecedores nacionais	383.732	333.950	484.889	431.697	
Fornecedores internacionais	866	2.804	866	2.804	
Fornecedor – partes relacionadas (nota explicativa 22)	14.547	12.960	2.087	2.934	
Total	399.145	349.714	487.842	437.435	

O saldo de fornecedores refere-se substancialmente aquisições de mercadorias para revenda e matéria-prima para industrialização. O Grupo possui transações para aquisições de mercadorias de fornecedores no mercado interno e externo, estas estão sujeitas à variação cambial.

Fornecedores nacionais consolidados apresentam o montante de R\$ 9.891 (R\$ 7.311 em 31 de dezembro de 2018) referente a operações de *confirming* efetuados por fornecedores de controladas. As operações de *confirming* possibilitam que o fornecedor receba os valores em um prazo mais curto que a data de vencimento dos títulos, sendo a instituição financeira credora da operação durante esse exercício. Nessa operação o fornecedor tem uma redução de seus custos financeiros comparado ao mercado porque a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador. A decisão de efetuar *confirming* é única e exclusivamente do fornecedor que arca integralmente com os encargos financeiros da operação. Os prazos de pagamento e características das transações com fornecedores não foram afetadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

### (a) Empréstimos e financiamentos

		C	ontroladora		Consolidado
Modalidade	Encargos financeiros incidentes	2019	2018	2019	2018
Moeda nacional					
Aquisição de Imobilizado (Finame e Finimp)	2,00 a 12,00% a.a. TJLP + 1,50% até	6.731	8.914	6.731	8.914
BNDES	2,21%.a.a	-	-	-	10.381
Crédito rural	8,00% a 8,60% a.a.	-	-	10.268	19.967
Aquisição do Imobilizado (Leasing)	5,00% a 15,00% a.a.	1.130	2.186	2.129	3.615
Capital de Giro ACC – Adiantamento sobre Contrato de	2,00% a 19,00% a.a.	17.392	16.713	17.392	16.713
Câmbio	4,78% a.a.	-	-	1.036	5.334
Crédito à Exportação	CDI +1,70% a.a.	-	-	27.141	35.588
Nota de taxa de flutuação	CDI +1,51% a.a.	-	-	40.695	50.952
Notas comerciais	CDI +1,79% a.a.	-	-	44.682	50.469
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	6,00% a 16,00% a.a.	58	914	58	914
		25.311	28.727	150.132	202.847
Moeda estrangeira Capital de Giro em moeda estrangeira			_	_	
(EUR) Capital de Giro em moeda estrangeira	CDI + 2,00% a 18,00% a.a.	-	10.000	33.079	58.152
(USD)	CDI +1,93% a.a.			60.618	
Total		25.311	38.727	243.829	260.999
Circulante		3.422	30.824	84.055	105.153
Não circulante		21.889	7.903	159.774	155.846

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
2020	-	3.015	-	67.290
2021	19.260	2.074	103.520	63.061
2022 a 2023	2.629	2.814	56.253	25.495
Total	21.889	7.903	159.773	155.846

Os empréstimos e financiamentos são garantidos por avais de diretores e direitos creditórios e foram contratados com taxas praticadas para o respectivo setor, normais de mercado considerando a modalidade, o valor, o prazo e a época da captação do recurso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (b) Debêntures

			Controladora		Consolidado
Modalidade	Encargos				
	financeiros				
	incidentes	2019	2018	2019	2018
Moeda nacional					
P.10.	(CDI + 2,00%				
Debêntures	a.a 2,50% a.a.)	384.204	400.272	456.029	547.288
(-) custos de transação na emissão de debêntures		(5.265)	(6.142)	(5.362)	(6.142)
Total		378.939	394.130	450.667	541.146
Circulante		68.806	15.395	140.534	106.411
Não circulante		310.133	378.735	310.133	434.735

Os montantes registrados no passivo não circulante, bruto dos custos de transação na emissão de debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

		Controladora	Consolidae	
	2019	2018	2019	2018
2020	-	68.602	-	124.494
2021	64.000	64.000	64.000	64.000
2022	64.000	64.000	64.000	64.000
2023	64.000	64.000	64.000	64.000
2024	64.000	64.000	64.000	64.000
2025	54.133	54.133	54.133	54.241
Total	310.133	378.735	310.133	434.735

As debêntures do Grupo foram realizadas nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários do Brasil - CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

#### (i) 1ª emissão de Debêntures - Controladora

Em 27 de dezembro de 2017, a CMH efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversível em ações, com vencimento final em 27 de março de 2026, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2017. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

Montante: R\$ 400.000;

Datas: (a) emissão: 27 de dezembro de 2017 e (b) vencimento: 27 de março de 2026;

Amortização: trimestral, com início de pagamento ao final do 24° mês, a contar da data de emissão;

Remuneração: As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizadas de uma sobretaxa de 2,40%, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

<u>Pagamento da Remuneração</u>: os valores deverão ser pagos trimestralmente, a partir da data da emissão com carência de 24 meses, sendo o primeiro pagamento em 27 de dezembro de 2019 e o último pagamento devido na data do vencimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (ii) 6ª emissão de Debêntures - Controlada Cremer S.A.

Em 11 de abril de 2017, a controlada Cremer S.A. efetuou a 6ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversível em ações, com vencimento final em 11 de abril de 2020, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 03 de abril de 2017. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

Montante: R\$ 80.000;

Datas: (a) emissão: 11 de abril de 2017 e (b) vencimento: 11 de abril de 2020;

Amortização: semestral, com início de pagamento ao final do 12° mês, inclusive, a contar da data de emissão; Remuneração: As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizadas de uma sobretaxa de 2,50%, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

<u>Pagamento da Remuneração</u>: os valores deverão ser pagos semestralmente, a partir da data da emissão, em outubro e abril de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 11 de outubro de 2017 e o último pagamento devido na data do vencimento.

#### (iii) 4ª emissão de Debêntures – Controlada Cremer S.A.

Em 15 de abril de 2014, a Controlada Cremer S.A. efetuou a 4ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversível em ações, com vencimento final em 15 de abril de 2020, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 04 de abril de 2014. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

Montante: R\$ 200.000;

Datas: (a) emissão: 15 de abril de 2014 e (b) vencimento: 15 de abril de 2020;

Amortização: em cinco parcelas iguais anuais, a partir do 24° mês, contados da data de emissão;

Remuneração: As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizadas de uma sobretaxa de 2,0%, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: 6 parcelas anuais, com vencimentos em abril de 2015 a abril de 2020.

#### (c) Cláusulas restritivas

As debêntures mencionadas anteriormente possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Os referidos índices são os seguintes:

- Manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida Consolidada pelo EBITDA, calculado conforme determinado no contrato de dívida, igual ou menor a 3,5;
- Índice de cobertura de serviço da dívida, calculado conforme determinado no contrato da dívida, maior ou igual a 1,3 vezes;

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia atingiu todos os indicadores de *covenants* previstos na escritura em 31 de dezembro de 2019.

### (d) Movimentação da dívida líquida (controladora)

	Empréstimos e Debêntures	Debêntures Total de dívida	Caixa e	Aplicação	Aplicações	Dívida liquida	
	financiamentos	20001101105	10001 00 017100	equivalentes	financeira	restritas	217100 1140100
Em 1º de janeiro de 2018	42.094	393.229	435.323	(62.261)	(17.371)	(400.105)	(44.414)
Movimentação							
Captações	54.000	-	54.000	-	-	-	54.000
Pagamentos de principal	(59.328)	-	(59.328)	-	-	-	(59.328)
Pagamentos de juros	-	(34.552)	(34.552)	-	-	-	(34.552)
Comissões sobre Debêntures	-	878	878	-	-	-	878
Aquisições de investimento	-	-	-	-	-	404.048	404.048
Caixa e equivalentes de Caixa, resgate e aplicações líquidos	-	-	-	(32.633)	7.005	-	(25.628)
Movimentação que não afetaram o fluxo de caixa							
Provisão de juros de Debêntures	-	34.575	34.575	-	62	(9.068)	25.569
Provisão de juros e variações cambiais	1.961	-	1.961	<u> </u>	<u> </u>		1.961
Em 31 de dezembro de 2018	38.727	394.130	432.857	(94.894)	(10.304)	(5.125)	322.534
Movimentação que afetaram o fluxo de caixa							
Captações	17.000	-	17.000	-	-	-	17.000
Pagamentos de principal	(32.059)	-	(32.059)	-	-	-	(32.059)
Pagamentos de juros	(157)	-	(157)	-	-	-	(157)
Pagamentos de Debêntures	-	(41.783)	(41.783)	-	-	-	(41.783)
Pagamentos de juros de debêntures	-	(7.327)	(7.327)	-	-	-	(7.327)
Caixa e equivalentes de Caixa, resgate e aplicações líquidos	-	-	-	(16.148)	5.260	-	(10.888)
Aquisições/vendas de investimento	-	-	-	-	-	5.125	5.125
Movimentação que não afetaram o fluxo de caixa							
Provisão de juros de Debêntures	-	33.919	33.919	-	-	-	33.919
Provisão de juros e variações cambiais	1.800	_	1.800	<u> </u>			1.800
Em 31 de dezembro de 2019	25.311	378.939	404.250	(111.042)	(5.044)		288.164

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# (e) Movimentação da dívida líquida (consolidado)

	Empréstimos e	Debêntures	Total de dívida	Caixa e	Aplicação	Aplicações	Dívida liquida
	financiamentos			equivalentes	financeira	restritas	
Em 1º de janeiro de 2018	42.094	393,229	435.323	(62.261)	(17.371)	(400.105)	(44.414)
Movimentação que afetaram o fluxo de caixa							
Adições de empréstimos aquisição Cremer S.A.	84.178	228.017	312.195	-	-	-	312.195
Obtenção de empréstimos	258.105	-	258.105	-	-	-	258.105
Pagamentos de empréstimos	(129.440)	(72.000)	(201.440)	-	-	-	(201.440)
Pagamentos de juros	(7.723)	(54.808)	(62.531)	-	-	-	(62.531)
Comissões sobre Debêntures	-	878	878	-	-	-	878
Adições de caixa e equiv de caixa aquisição Cremer S.A.	-	-	-	(111.111)	-	-	(111.111)
Aquisições de investimento	-	-	-	-	-	404.048	404.048
Caixa e equivalentes de Caixa, resgate e aplicações líquidos	-	-	-	(118.446)	7.005	-	(111.441)
Movimentação que não afetaram o fluxo de caixa							
Provisão de juros de Debêntures	-	45.228	45.228		62	(9.068)	36.222
Provisão de juros e variações cambiais	14.387		14.387	<u> </u>			14.387
Em 31 de dezembro de 2018	261.601	540.544	802.145	(291.818)	(10.304)	(5.125)	494.898
Movimentação que afetaram o fluxo de caixa							
Obtenção de empréstimos	91.633	-	91.633	-	-	-	91.633
Pagamentos de empréstimos	(115.477)	-	(115.477)	-	-	-	(115.477)
Pagamentos de juros	(10.403)	-	(10.403)	-	-	-	(10.403)
Pagamentos de Debêntures	-	(113.783)	(113.783)	-	-	-	(113.783)
Caixa e equivalentes de Caixa, resgate e aplicações líquidos	-	(18.631)	(18.631)	18.133	5.260	-	4.762
Aquisições/vendas de investimento			-			5.125	5.125
Movimentação que não afetaram o fluxo de caixa							
Provisão de juros e variações cambiais	16.474	-	16.474	-	-	-	16.474
Provisão de juros de Debêntures	<u> </u>	42.538	42.538	<u> </u>	<u></u>		42.538
Em 31 de dezembro de 2019	243.828	450.668	694.496	(273.685)	(5.044)		415.767

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Salários e obrigações sociais a pagar

	Controladora		Consoli	
	2019	2018	2019	2018
Salários e ordenados a pagar	3.877	2.441	6.450	6.364
Encargos sociais a pagar	4.018	2.229	6.052	4.983
Provisões de férias	7.372	3.821	14.969	13.122
Provisões de passivos trabalhistas e de encargos sociais	35.522	40.943	35.522	40.943
Provisão para participação nos resultados	-	1.650	-	3.177
Outros	684	537	9.061	1.266
Total	51.473	51.621	72.054	69.855

#### 20. Tributos a recolher

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Prestação de Serviç	ços			
- ICMS (i)	16.745	13.512	20.894	17.764
Imposto de renda e contribuição social – IRPJ e CSLL	371	32	2.399	32
Provisões de passivos tributários (ii)	22.963	122.565	22.871	122.565
Outros	1.334	1.781	4.284	3.449
Total	41.413	137.890	50.448	143.810
Circulante	40.265	136.476	48.059	140.991
Não circulante	1.148	1.414	2.389	2.819

- (i) Com a entrada em vigor do convênio ICMS 93/2015, passou a ser exigido o diferencial de alíquota das operações de origem no estado de Goiás. Este convênio obriga o mencionado estado a compensar ou devolver os valores do diferencial de alíquota de origem, do período de janeiro a junho de 2016, integralmente à Companhia. Até a publicação do convênio regendo a compensação ou devolução desses valores de origem, a Companhia não realizou os pagamentos do ICMS. Os demais são tributos a pagar correntes oriundo da operação normal do Grupo.
- (ii) Refere-se a valores tributários devidos pelo Grupo até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou uma avaliação das probabilidades de desembolso de caixa futuro, os quais anteriormente eram consideramos prováveis e neste exercício reavaliados com expectativa de desembolso possível. Os efeitos dessa reavaliação foram reconhecidos na demonstração do resultado do exercício na rubrica contábil de Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas da reversão do direito de reembolso (nota explicativa 22). A análise para provisionamento desses valores foi efetuada em acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Imposto de renda e contribuição social

### (a) Imposto de renda e contribuição social diferido ativo

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos foram constituídos sobre prejuízos fiscais acumulados e diferenças temporárias enquanto os passivos foram constituídos sobre os efeitos da contabilização do custo atribuído, da diferença temporária de depreciação calculada pelas taxas fiscais e pela nova vida útil econômica dos ativos e, referentes ao ágio (não amortizado contabilmente, conforme determinação da Lei 11.638/07).

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Consolida		
	2019	2018	
Ativo:			
Prejuízos fiscais e base negativa	37.912	44.385	
Diferenças temporárias	17.412	10.512	
Tributos diferidos ativos	55.324	54.897	
Passivo			
Ágio	(7.679)	(6.546)	
Vida útil	(8.874)	(9.427)	
Custo atribuído	(1.037)	(1.656)	
Tributos diferidos passivos	(17.590)	(17.629)	
Total tributos diferidos líquidos	37.734	37.268	

O registro do crédito tributário está suportado por projeções que demonstram que a Companhia apurará lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes considerados suficientes para a realização de tais valores. Tais projeções foram preparadas com base no orçamento do exercício de 2019, elaborado pela Administração da Companhia e apresentado ao Conselho de Administração em reunião realizada 31 de janeiro de 2019. Para elaborar as projeções dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza premissas alinhadas com suas estratégias corporativas, tais como, crescimento da receita e aumento das margens de lucros, no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. De acordo com esse plano de negócios, tais créditos serão realizados até o exercício de 2024.

Periodicamente a Administração reavalia o resultado efetivo desse plano de negócio na geração de lucros tributáveis e, consequentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados. A Administração, com base em suas projeções de resultado, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados, conforme demonstrado a seguir:

		Consolidado
	2019	2019
2020	10.926	10.926
2021	10.042	10.042
2022	19.235	19.235
2023	11.678	11.678
2024	3.443	3.016
Total	55.324	54.897

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (b) Imposto de renda e contribuição social diferido passivo

Os impostos diferidos passivos da controladora e suas controladas estão apresentados líquidos dos impostos diferidos ativos, conforme demonstrado no tópico (a) acima. A exceção deve-se a CM Hospitalar S.A. e a controlada direta Cremer Administradora de Bens Ltda., que não possuem imposto diferido ativo em seu balanço individual, desta forma, está apresentando seu imposto diferido no passivo, conforme demonstrado abaixo:

		Controladora	Consol		
	2019	2018	2019	2018	
Provisão para devedores duvidosos	(479)	(404)	(479)	(404)	
Provisões trabalhistas e de encargos sociais	(12.077)	(13.920)	(12.077)	(13.920)	
Provisões de passivos tributários	(5.080)	(7.244)	(5.080)	(7.244)	
Provisão para contingência	(2.329)	(2.052)	(2.329)	(2.052)	
Outras provisões	(5.234)	126	(5.234)	7.289	
Direito de reembolso	14.861	70.504	14.861	70.504	
Marca	28.054	28.054	28.054	28.054	
Carteira de clientes	18.715	20.968	18.715	20.968	
Mais valia de imobilizado e bens destinados a					
vendas	5.444	16.882	5.444	16.882	
Total	41.875	112.914	41.875	120.077	

#### (c) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora			Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	
Lucro antes dos impostos	(16.737)	50.735	17.356	52.821	
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%	
Despesa a alíquota básica	(5.691)	(17.250)	(4.683)	(17.959)	
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes					
Resultado de equivalência patrimonial	10.980	1.640	496	-	
Plano de opções de ações	-	-	-	(2.006)	
Multas e doações	497	(1.532)	497	(408)	
Reversão de tributos diversos (Direito de reembolso)	32.732	-	32.732	-	
Outras adições (exclusões) permanentes	2.584	498	13.974	2.609	
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	52.484	(16.644)	53.104	17.764	
Alíquota efetiva	(313,58%)	(32,81%)	(305,97%)	(33,63%)	
Imposto de renda e da contribuição social correntes	(7.696)	(23.145)	(25.565)	(27.260)	
Imposto de renda e da contribuição social diferidos	60.180	6.501	78.669	9.496	

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 22. Partes relacionadas

O saldo de partes relacionadas refere-se substancialmente à operações com empresas do o Grupo e pessoas físicas decorrente da revenda de mercadorias.

		Controladora		Consolidado
Saldos	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante				
Contas a receber clientes				
CM Campinas Medicamentos Especiais Ltda.	-	93	-	93
CM Medicamentos Especiais Ltda.	926	548	926	548
CMI Hospitalar Ltda.	874	784	874	784
CCM Industria e Com. De Prod. Descartáveis	1	-	1	-
Cremer S.A.	4	<u> </u>	<u> </u>	-
	1.805	1.425	1.801	1.425
Dividendos a receber – Cremer S.A.	21.080	3.758	<u> </u>	
Direito de reembolso (i)	27.829	135.213	27.829	135.213
Ativo não circulante				
Conta corrente - Health Logística S.A.	3.508	4.209	3.508	4.209
Direito de reembolso (i)	15.879	72.151	15.879	72.151
Passivo circulante				
Fornecedores				
Cremer S.A.	8.557	5.736	-	-
Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de	4.290	4.290		
Produtos Refrigerados Ltda.	4.290	4.290	-	-
Health Logística S.A.	7	842	395	842
CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis Ltda.	1.691	2.076	1.691	2.076
CM Medicamentos Especiais Ltda.	1	9	1	9
Mafra Ambiental Coleta de Resíduos Ltda.	<u> </u>	7	<u> </u>	7
	14.547	12.960	2.087	2.934
Dividendos a pagar				
Cromossomo Participações IV S.A.	135	135	135	135
Carlos Alberto Mafra Terra	101	101	101	101
Consolação Goulart Terra	101	101	101	101
Cleber Aparecida Ribeiro	28	28	28	28
Dividendos propostos mínimos pela administração	8.491	<u> </u>	8.491	
	8.856	365	8.856	365
Conta Corrente				
Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda.	1.637	1.747	<u>-</u>	
	1.637	1.747	-	

<sup>(</sup>i) Em 31 de dezembro de 2015, Carlos Alberto Mafra Terra, Cleber Aparecido Ribeiro, Consolação Goulart Terra e CAMT Empreendimentos e Participações Ltda., em conjunto, "Acionistas Originais" do Grupo, firmaram acordo de investimentos com o investidor Cromossomo Participações IV S.A. ("Cromossomo" ou "Investidor"), que estabeleceu cláusula de indenização devida pelos acionistas originais do Grupo ou ao Investidor, por atos, fatos, eventos, ações ou omissões realizadas pelo Grupo até a data de fechamento desse acordo ou cujo fato gerador seja anterior ao fechamento ainda que seus efeitos se materializem após o fechamento do acordo, incluindo os tributos incidentes pela companhia, decorrente do direito reembolso de

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

seus acionistas originais. A data de fechamento ocorreu em 1º de março de 2016. Como garantia ao cumprimento de tais obrigações de reembolso, os Acionistas Originais alienaram fiduciariamente a integralidade de suas participações societárias remanescentes ou 63% do capital social da Companhia, além, também da integralidade de suas participações societárias na empresa CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis Ltda., outra parte relacionada da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou uma avaliação das probabilidades de desembolso de caixa futuro, relacionado a impostos a pagar e obrigações sociais e trabalhistas, os quais anteriormente eram consideramos prováveis e neste exercício reavaliados com expectativa de desembolso possível, de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os efeitos dessa reavaliação foram reconhecidos na demonstração do resultado do exercício na rubrica contábil de Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas da reversão do direito de reembolso (nota explicativa 27).

		Controladora	Consolidado		
Transações	2019	2018	2019	2018	
Receita de vendas					
CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis Ltda.	13	9	13	9	
CM Campinas Medicamentos Especiais Ltda.	663	972	663	972	
CM Medicamentos Especiais Ltda.	6.020	4.086	-	-	
CMI Hospitalar Ltda.	7.493	7.049	7.493	7.049	
Total	14.189	12.116	8.169	8.030	
Compra de serviços e produtos					
Health Logística Hospitalar S.A.	28.723	4.488	28.723	4.488	
CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis Ltda.	21.193	18.198	21.193	18.198	
CM Medicamentos Especiais Ltda.	16	255	16	255	
Cremer S.A.	97.462	43.152	-	-	
Mafra Ambiental Coleta de Resíduos Ltda.		9	<u> </u>	9	
Total	147.394	66.102	49.932	22.950	
Reversão de direito de reembolso (i)	(163.656)	(21.142)	(163.656)	(21.142)	

As transações comerciais de vendas e compras de mercadorias, envolvendo operações com partes relacionadas, são realizadas conforme condições específicas acordadas entre as partes. O Grupo cede caminhões para sua parte relacionada Health Logística Hospitalar S.A. mediante contrato de comodato não oneroso.

### (a) Remuneração do pessoal-chave da administração

As despesas relativas à remuneração dos membros da diretoria registradas na demonstração do resultado do exercício foram R\$ 8.818 (R\$ 5.325 em 31 de dezembro de 2018).

#### 23. Provisão para contingências

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

#### (a) Contingências e riscos de perda prováveis

Referem-se a contingências trabalhistas e tributárias de provável pagamento, consistido, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas às discussões sobre valores de rescisão contratual, e a procedimentos fiscais adotados pelo Grupo que envolve alto grau de julgamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A análise para provisionamento desses valores foi efetuada em acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Controladora	2018	Provisões	Baixas	Encargos	2019
Trabalhistas	9.342	-	(9)	-	9.333
Consolidado	2018	Provisões	Baixas	Encargos	2019
Tributárias	4.660	7.492	(4.146)	215	8.221
Trabalhistas	12.143	2.655	(2.222)	146	12.722
Cíveis	4.326	2.421	(11)	470	7.206
	21.129	12.568	(6.379)	831	28.149

#### (b) Contingências e riscos de perda possíveis - Consolidado

A Companhia possui o montante de aproximadamente R\$ 214.629 (R\$ 179.501 em 31 de dezembro de 2018) relacionado riscos tributários e trabalhistas sobre os quais não foram constituídas provisões para fazer face a eventuais perdas, tendo por base a orientação de seus consultores jurídicos, que classificaram essas demandas como sendo de possível ou remota perda. As principais demandas são substancialmente relacionadas a:

#### (i) Controladora - Auto de infração:

Relacionado ao questionamento pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás sobre a utilização de isenção na tributação da saída de determinados medicamentos revendidos pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 estes autos apresentam um montante de R\$ 41.035 (R\$ 38.701 em 31 de dezembro de 2018). Os principais processos referentes a estes autos de infrações são:

- (a) Processo nº 4011403583605 auto de infração lavrado em 12 de dezembro de 2014 pelo Fisco por omissão de pagamento de ICMS em razão de escrituração indevida de valores, alegando aproveitamento maior de Crédito Outorgado a que teria direito. O assunto se encontra na Delegacia de Catalão para diligência/providência. O valor estimado com risco possível é de R\$ 4.682.
- (b) Processo nº 4011403585306 auto de infração lavrado em 12 de dezembro de 2014 pelo Fisco em razão de saída de mercadorias, no período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2013, por meio de Nota Fiscal Eletrônica utilizando carga tributária inferior à estabelecida na legislação tributária. O assunto se encontra com agente do Fisco para diligência/providência. O valor estimado com risco possível é de R\$ 28.930.

#### (ii) Controlada Cremer S.A.:

#### (i) Contingências tributárias

A Cremer S.A durante o segundo semestre de 2010, sofreu fiscalização da Receita Federal do Brasil que resultou em auto de infração, o qual é objeto de discussão administrativa, que apontou uma exigência fiscal de glosa de despesas relativas às amortizações de ágio. O assunto está sendo discutido no Judiciário e os assessores jurídicos externos da Companhia entendem que a probabilidade de perda é possível. A Cremer S.A, durante o segundo trimestre de 2016, sofreu fiscalização da Receita Federal do Brasil que resultou em auto de infração lavrado em face da controlada Cremer Administradora de Bens Ltda., por meio do qual a fiscalização da Receita Federal do Brasil tratou as vendas de imóveis de sua propriedade como operações sujeitas à apuração de ganho de capital. Segundo nossos assessores jurídicos, o prognóstico é de perda possível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (ii) Contingências trabalhistas

A Cremer S.A e suas controladas figuram como reclamadas em diversas questões trabalhistas, movidas por colaboradores, ex-colaboradores e terceiros. Os pedidos referem-se a pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, equiparação salarial, atualização monetária do FGTS, indenização por danos morais e materiais e verbas devidas em razão de responsabilidade subsidiária.

#### (iii) Contingências cíveis

A Cremer S.A e suas controladas figuram como requeridas em várias ações cíveis, no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e tem por objeto indenização por danos morais e materiais. A Companhia e suas controladas também possuem passivos judiciais relativos a cobrança de verbas relacionadas às rescisões de contratos, algumas delas já reconhecidas por decisão judicial, tendo sido interpostos os recursos cabíveis. Desta forma, por entender que os fatores de risco associados a diversos processos indicam necessidade de provisão, a Companhia provisiona verbas em seu balanço.

#### (c) Ativos contingentes - Consolidado

#### (i) Crédito de PIS e COFINS

A Companhia e suas controladas possuem quatro ações judiciais visando reconhecer seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Na data da emissão destas demonstrações financeiras, os referidos pleitos encontram-se aguardando o julgamento dos agravos da União. Os assessores legais da Companhia compreendem que o êxito desta ações é provável, entretanto, devido à não ocorrência do trânsito em julgado em nenhum dos processos da Companhia, bem como, da indefinição do STF quanto à questão suscitada no *leading case* pela União Federal quanto à modulação dos efeitos daquela decisão e forma de cálculo do crédito, os valores estimados poderão sofrer relevantes alterações. Desta forma, os referidos pleitos ativos contingentes não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras , entretanto estão sendo divulgados.

Para os presentes processos, a Companhia possui levantamento preliminar de documentos e realização de cálculos em 31 de dezembro de 2019, considerando dois cenários possíveis, com base no valor destacado em nota fiscal de saída e considerando as orientações da Receita Federal do Brasil que leva em consideração os valores líquidos recolhidos. Os levantamentos apontam para uma estimativa de créditos que podem variar de R\$ 7.000 a R\$13.000 na controladora e de R\$ 31.000 a R\$95.000 no consolidado, considerando o primeiro cenário e o segundo cenário, respectivamente.

#### (d) Depósitos judiciais

	<u>Controladora</u>	Consolidado
	2019	2019
Saldo em 1º de janeiro	59	5.611
Constituição (reversão), liquida	1	(302)
Saldo em 31 de dezembro	60	5.309

Em dezembro de 2009, a Companhia impetrou Mandado de Segurança nº 5002307.54.2010.404.7205, visando discutir a utilização de prejuízos fiscais e base negativa, adquiridos de terceiros, os quais haviam sido negados pela Secretaria da Receita Federal. Durante o 3º trimestre de 2011, a Companhia efetuou depósito judicial no montante de R\$ 2.111 (R\$ 2.846 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia obteve decisão favorável em primeiro grau, acarretando Apelação por parte da União. Com o julgamento da Apelação pelo TRF da 4ª Região, houve reforma do julgado. Tal decisão acarretaria a cobrança de parcelas consideradas atrasadas no âmbito do PAES. Desta forma, a Companhia efetuou o depósito do alegado saldo devedor, a fim de evitar sua exclusão do PAES e os procedimentos fiscais relacionados à cobrança dos valores e aguarda julgamento dos recursos extraordinário e especial apresentados. Na análise dos advogados da Companhia, os riscos de perdas são classificados como possíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 e 2018 no valor de R\$ 253.629 está representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e está distribuída da seguinte forma:

	<u> </u>	2019	2018		
	Ações	%	Ações	%	
Cromossomo Participações IV S.A.	57.898.545	37,00%	57.898.545	37,00%	
Carlos Alberto Mafra Terra	43.376.964	27,72%	43.376.964	27,72%	
Consolação Goulart Terra	43.376.964	27,72%	43.376.964	27,72%	
Cleber Aparecido Ribeiro	11.830.081	7,56%	11.830.081	7,56%	
	156.482.554	100,00%	156.482.554	100,00%	

#### (b) Reservas de lucros

#### (ii) Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal terá por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia constituiu R\$ 1.787 a título de reserva legal (R\$ 1.828 em 2018). Os valores constituídos atendem os limites impostos pela legislação societária brasileira.

#### (iii) Reserva de retenção de lucros

Reserva de retenção de lucros é destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital. Em 31 de dezembro de 2019 foi constituída no montante de R\$ 25.470 (R\$ 32.263 em 31 de dezembro de 2018).

### (c) Dividendos

Conforme Estatuto Social da Companhia, os acionistas possuem o direito de receber, em cada exercício, a título de dividendos, o percentual mínimo obrigatório de 30% sobre o lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária. Entretanto, o Instrumento Particular de Escritura da 1º Emissão de Debêntures Simples, determina que qualquer modalidade de remuneração aos acionistas, incluindo dividendos e juros sobre capital próprio, estão limitados a 25% do lucro líquido do período. A emissão das Debêntures foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2017 pela totalidade dos acionistas da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desta forma, os dividendos propostos pela administração estão limitados a 25%, nos termos das leis societária e respeitando as cláusulas restritivas da debentures.

	2019
Lucro líquido do exercício	35.747
Constituição de reserva legal (5%)	(1.787)
	33.960
Dividendos obrigatórios (25%)	8.490

### (d) Transações com acionista

Em abril de 2018 a Cremer S.A decidiu por encerrar o programa de *Stock Options*, e com o encerramento houve uma diluição do capital da C.M Hospitalar S.A. resultando um ganho no montante de R\$ 4.706. Adicionalmente em outubro de 2018 foi feita uma OPA (Oferta Pública de Ações) para aquisição dessas ações, gerando um ágio no montante de R\$ 35.669. Conforme o CPC 36, essas operações são classificadas como operações com acionistas e consequentemente classificadas no patrimônio líquido.

#### 25. Receita

	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
Receita bruta de vendas e serviços prestados	2.784.683	2.534.293	3.636.423	3.121.676	
(-) Abatimentos, vendas canceladas e devoluções	(37.645)	(33.051)	(53.059)	(17.164)	
(-) Tributos sobre vendas	(417.668)	(360.637)	(580.166)	(462.385)	
Total	2.329.370	2.140.605	3.003.198	2.642.127	

A receita de vendas do Grupo refere-se ao fornecimento e distribuição de produtos e medicamentos, saúde hospitalar e higiene pessoal, os quais estão concentrados principalmente no mercado brasileiro. A receita é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços são transferidos para o cliente em um determinado momento no tempo, que em geral ocorre na entrega dos produtos aos clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 26. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Matéria-prima, materiais e produtos de revenda	2.073.408	1.891.037	2.264.625	2.012.656
Custo de venda de imóveis	-	-	29.798	15.597
Salários, férias e benefícios a empregados	75.448	49.967	221.828	191.045
Encargos sociais	21.644	11.746	39.569	31.957
Serviços de consultoria	11.591	14.550	15.402	18.183
Comissões	5.922	6.269	13.099	7.492
Frete e carretos	42.846	18.116	82.302	47.597
Embalagens	2.532	1.894	2.532	1.894
Aluguéis	1.308	6.349	5.731	25.317
Serviços de terceiros	7.237	5.248	93.283	85.236
Despesas de viagens	5.448	4.446	9.648	7.477
Depreciação e amortização	6.207	5.946	32.876	14.953
Combustíveis e lubrificantes	1.246	5.335	10.569	9.248
Manutenção de bens, veículos e equipamentos	2.426	4.067	5.444	6.456
Materiais de uso e consumo	912	1.290	2.964	3.950
Outros gastos	4.516	1.875	12.432	11.854
Total	2.262.691	2.028.135	2.842.102	2.490.912
Classificadas como		Controladora		Consolidado
Classificadas Como	2019	2018	2019	2018
Custos das mercadorias e produtos vendidos	2.073.408	1.891.037	2.533.751	2.243.126
Despesas com vendas	133.444	60.735	139.549	141.724
Despesas com vendas  Despesas gerais e administrativas	55.839	76.363	168.802	106.062
Total	2.262.691	2.028.135	2.842.102	2.490.912
TUIAI	2,202,091	2.020.135	2.042.102	2.490.912

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

p	Controladora_			Consolidado		
	2019	2018	2019	2018		
Outras despesas operacionais						
Doações e bonificações concedidas	(3.796)	(1.779)	(4.156)	(3.467)		
Outros serviços de terceiros	(1.486)	(6.809)	(2.524)	(6.809)		
Reversão (provisão) para contingências	(8.064)	(2.946)	(12.791)	(3.376)		
Multas	(155)	(1.532)	(649)	(1.737)		
Carta de fiança	(84)	(2.220)	(84)	(2.220)		
Ociosidade fabril / perda de estoque	-	-	(2.778)	(1.660)		
Amortização combinação de negócios (i)	(8.649)	(10.874)	(8.649)	(14.467)		
Reversão de direitos de reembolso, líquido das provisões (nota						
explicativa 22)	(55.643)	(16.559)	(55.643)	(16.559)		
Baixa da mais valia de bens destinados a venda	-	-	(31.943)			
Arrendamento mercantil	(4.124)	-	(4.124)	-		
Parcelamento tributário	(339)	<u> </u>	(339)			
Outras receitas operacionais						
Outras receitas e despesas (i)	6.927	(945)	15.763	(2.699)		
Doações e bonificações recebidas	2.968	4.501	2.968	4.501		
Resultado na alienação do ativo imobilizado	98	12	131	76		
Reversão de provisões trabalhistas e de encargos sociais	5.176	6.252	5.625	6.252		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(67.171)	(32.899)	(99.193)	(42.165)		

<sup>(</sup>i) Referem-se principalmente a outras receitas, incluindo créditos tributários que no consolidado somam R\$ 8.371 registrados na controladora direta Cremer S.A.

### 28. Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras	3.308	10.543	10.153	13.820	
Juros ativos	3.437	3.847	3.784	4.345	
Ganhos (perdas) com derivativos	-	1.462	7.997	5.858	
Variação cambial	1.707	2.300	19.285	16.219	
Outras			927		
Total	8.452	18.152	42.146	40.242	
<b>Despesas financeiras</b> Juros sobre empréstimos, financiamentos e					
debêntures	(37.775)	(39.414)	(72.136)	(51.024)	
Juros arrendamento	(4.052)	-	(9.870)	-	
Ganhos (perdas) com derivativos	(2.410)	-	(1.244)	-	
Despesas bancárias	(1.112)	(1.160)	(1.115)	(1.627)	
Descontos concedidos	(1.190)	(1.586)	(1.190)	(1.725)	
Variação cambial	(10.452)	(9.517)	(30.783)	(30.221)	
Outras despesas financeiras		(134)	(5.067)	(11.874)	
Total	(56.991)	(51.811)	(121.405)	(96.471)	

\* \* \* \* \*

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Alberto Mafra Terra Presidente

#### Membros:

Cleber Aparecido Ribeiro Carlos Alberto Mafra Terra Júnior Thayan Nascimento Hartmann Mario Sergio Ayres Cunha Ribeiro

#### **DIRETORIA**

Leonardo Almeida Byrro Guilherme Fonseca Goulart Lúcio Flavio Bueno Renan de Almeida Hervelha Thiago Liska Diretor Presidente Diretor Financeiro Diretor Diretor Comercial Diretor Diagnóstica

#### CONTADOR

Guilherme Fonseca Goulart CRC 1SP – 217101/O-8